

013. PROVA OBJETIVA

AGENTE UNIVERSITÁRIO PROFISSIONAL

CONTADOR

(OPÇÕES: 018 A 020)

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas, o caderno de prova dissertativa e o caderno de prova prática (estudo de caso).
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva, dissertativa e prática (estudo de caso) é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas e do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 4 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, o caderno de prova prática (estudo de caso), a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de **01** a **05**:

Desconectados

Cerca de 18 milhões de brasileiros, ou 9,5% da população acima de 10 anos, não tinham acesso à internet em 2025, de acordo com o módulo de tecnologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

É um contingente espantoso dado o papel central da internet no acesso a serviços públicos, financeiros e educacionais. Isso sem contar o fato de que há um amplo mercado de trabalho organizado em torno da integração digital, como o de motoristas de serviços de aplicativos e de entregas.

Embora o preço seja um entrave ao acesso para 25,9% dos 4 milhões de domicílios brasileiros “desconectados”, a principal razão para a falta de conexão digital não é financeira. Em 36,5% dos domicílios sem acesso digital, nenhum morador sabia usar a internet, um verdadeiro descalabro.

O analfabetismo digital custa caro ao Brasil, impedindo que o País saia da armadilha da baixa produtividade. A internet não é apenas uma ferramenta de trabalho cada vez mais relevante, mas um meio essencial para a redução de trâmites burocráticos, para agilizar a comunicação e para franquear acesso à educação e à saúde, entre outras finalidades.

Durante o necessário período de isolamento social provocado pela pandemia de covid-19, por exemplo, foi a internet que permitiu interações humanas e de trabalho. Graças a ela, crianças não perderam o ano escolar por completo e empresas continuaram produzindo, o que impediu uma depressão econômica ainda maior do que a que se viu no período de 2020/2021.

Por tudo isso, urge que o País trabalhe para democratizar ainda mais o acesso e para educar sua população a utilizar os meios digitais.

Instrumento de desenvolvimento e inserção, o acesso à internet precisa não só ser acelerado, mas também dominado pela população brasileira, tão carente de oportunidades e cada vez mais na retaguarda de indicadores globais de educação e de competitividade.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opinioao>, 13.07.2026. Adaptado)

01. De acordo com o editorial, a desconexão a que estão expostos 18 milhões de brasileiros deve ser vista como

- (A) percurso pessoal que tende a ser alterado muito em breve, pela visão positiva que os cidadãos têm em relação à tecnologia; e como incremento à profissionalização, caso seja mantida.
- (B) opção pessoal responsável por democratizar a forma como os cidadãos desejam estabelecer as suas relações humanas; e como restrição de acesso a novas oportunidades.
- (C) forma pessoal de viver no mundo contemporâneo, da qual resulta escassez de oportunidades para o cidadão interagir com seus semelhantes; e como forma de garantia de emprego.
- (D) reação pessoal à imposição de interações pautadas exclusivamente pela tecnologia, ainda que mais rápidas; e como desafio ao cidadão para descobrir possibilidades de emprego.
- (E) atraso pessoal, por eliminar as chances de um cidadão de estudar, trabalhar e estabelecer interações humanas; e como atraso nacional, por impactar na produtividade do país.

02. De acordo com o editorial, o fator decisivo para a ausência de conexão digital dos cidadãos é a

- (A) insatisfação com a internet após a pandemia.
- (B) indisponibilidade de internet onde moram.
- (C) impossibilidade financeira de custeá-la.
- (D) incapacidade para a utilização da internet.
- (E) inaptidão para os estudos e a competitividade.

03. Considere as passagens:

- É um **contingente** espantoso dado o papel central da internet no acesso a serviços públicos, financeiros e educacionais. (2º parágrafo)
- Embora o preço seja um **entrave** ao acesso para 25,9% dos 4 milhões de domicílios brasileiros “desconectados”... (3º parágrafo)
- A internet não é apenas uma ferramenta de trabalho cada vez mais relevante, mas um **meio** essencial para a redução de **trâmites** burocráticos... (4º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) valor; empecilho; método; imposições.
- (B) grupo; dificultador; recurso; especulações.
- (C) número; obstáculo; expediente; procedimentos.
- (D) quinhão; detalhe; metade; cumprimentos.
- (E) conjunto; privilégio; modo; obrigações.

04. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido próprio.

- (A) É um contingente espantoso dado o papel **central** da internet no acesso a serviços públicos, financeiros e educacionais. (2º parágrafo)
- (B) Em 36,5% dos **domicílios** sem acesso digital, nenhum morador sabia usar a internet, um verdadeiro descalabro. (3º parágrafo)
- (C) O analfabetismo digital custa caro ao Brasil, impedindo que o País saia da **armadilha** da baixa produtividade. (4º parágrafo)
- (D) A internet não é apenas uma **ferramenta** de trabalho cada vez mais relevante, mas um meio essencial... (4º parágrafo)
- (E) ... o acesso à internet precisa não só ser acelerado, mas também **dominado** pela população brasileira, tão carente... (7º parágrafo)

05. Assinale a alternativa em que a lacuna da frase deve ser preenchida com “à”, de acordo com a norma-padrão.

- (A) O analfabetismo digital custa caro ____ nação, impedindo que o País saia da armadilha da baixa produtividade.
- (B) A internet tem papel central no acesso ____ uma gama de serviços públicos, financeiros e educacionais.
- (C) A população brasileira, carente de oportunidades, precisa dominar ____ internet para garantir sua inserção digital.
- (D) Durante o isolamento social provocado, as pessoas começaram ____ usar mais a internet para estudo e trabalho.
- (E) No que diz respeito ____ trâmites burocráticos, a internet é um meio relevante que permite diminuí-los.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

06. No primeiro mês do ano, um pequeno empreendedor distribuiu igualmente entre dois funcionários um bônus de B reais. No segundo mês, um outro bônus de B reais foi distribuído igualmente entre três funcionários: os dois funcionários anteriores e mais um outro funcionário.

No terceiro mês, outro bônus de B reais foi distribuído igualmente entre cinco funcionários, sendo os três que receberam bônus no segundo mês e mais dois funcionários.

Considerando o valor total recebido por um dos funcionários que recebeu o bônus nos três meses, e o valor total recebido pelo funcionário que recebeu o bônus em apenas dois meses, em relação a esses dois valores totais, é correto afirmar que

- (A) sua soma é menor do que B reais.
- (B) o maior não excede o menor em mais do que a metade de B reais.
- (C) sua soma é $\frac{17B}{30}$ reais a mais do que o dobro de B reais.
- (D) um deles é $\frac{8B}{15}$ reais a menos do que o outro.
- (E) sua soma é $\frac{3B}{2}$ reais.

07. Observe a sequência de preços de um produto:

- Preço 1: X
- Preço 2: aumento de 80% em relação ao preço 1.
- Preço 3: aumento de 80% em relação ao preço 2.

Sabe-se que a diferença entre o preço 2 e o preço 1 é de R\$ 19,20. A diferença entre o preço 3 e o preço 2 é igual a

- (A) R\$ 19,20.
- (B) R\$ 34,56.
- (C) R\$ 38,40.
- (D) R\$ 38,88.
- (E) R\$ 43,20.

08. No primeiro turno de um campeonato de futebol, a razão entre o número de gols marcados e o número de gols sofridos por uma equipe foi $\frac{15}{4}$ e o saldo de gols (diferença entre gols marcados e gols sofridos) foi de 33 gols. Já no segundo turno, essa razão foi igual a $\frac{5}{2}$ e o saldo de gols foi de 21 gols.

Considerando esses dois turnos do campeonato, o número total de gols sofridos por essa equipe foi igual a

- (A) 12.
- (B) 14.
- (C) 18.
- (D) 22.
- (E) 26.

09. Assinale a alternativa que indica uma afirmação que corresponda à uma negação lógica da afirmação a seguir:

Se o código está correto, então o programa roda, ou, se a ideia inicial não funciona, então desistiremos desse caminho.

- (A) O código não está correto e o programa não roda e a ideia inicial funciona e não desistiremos desse caminho.
- (B) Se o código não está correto, então o programa não roda, ou, se a ideia inicial funciona, então não desistiremos desse caminho.
- (C) Se código está correto ou o programa não roda, então a ideia inicial funciona e não desistiremos desse caminho.
- (D) O código está correto e o programa não roda e a ideia inicial não funciona e não desistiremos desse caminho.
- (E) Se o programa não roda, então o código não está correto, ou, se não desistiremos desse caminho, então a ideia inicial funciona.

10. Considere a sequência numérica criada com um padrão lógico matemático:

1; 2; 1; 3; 2; 5; 4; 8; 7; 12; ...

Seja X o único elemento dessa sequência, que é igual a média aritmética simples dos elementos que ocupam as posições 14, 20 e 24.

A posição que o elemento X ocupa, nessa sequência, é

- (A) 19.
- (B) 20.
- (C) 21.
- (D) 22.
- (E) 23.

11. A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) pretende implantar um sistema informatizado destinado a aprimorar a gestão e o controle dos projetos de pesquisa em andamento. Nesse contexto, a empresa X, de propriedade de um ex-aluno da instituição, manifestou interesse em doar à Universidade um sistema capaz de atender a essa finalidade, bem como prestar, gratuitamente, os respectivos serviços de suporte técnico durante todo o período em que o sistema permanecer em utilização.

Com base nessa situação hipotética e no disposto no Regimento da Universidade Estadual do Norte do Paraná, é correto afirmar que

- (A) a doação, por disposição expressa, não pode abarcar bens imateriais, como sistemas de informática.
- (B) a doação, caso realizada, não pode ter uma destinação ou órgão específico, pois o sistema passa a integrar o patrimônio da Universidade.
- (C) a Câmara de Orçamento e Finanças deve se pronunciar ou dar parecer sobre a aceitação da doação.
- (D) a doação não pode ser aceita, pois foi realizada por empresa, que não possui finalidade filantrópica.
- (E) a doação pode ser recebida, pois foi realizada por empresa que conta, em seu quadro societário, com um ex-aluno.

12. Considere que Fabiano, integrante do corpo técnico-administrativo da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), praticou infração disciplinar passível de aplicação da penalidade de suspensão.

Com base nessa situação hipotética e no disposto no Regimento da Universidade Estadual do Norte do Paraná, é correto afirmar que

- (A) a penalidade deverá ser aplicada impreterivelmente por seu chefe imediato.
- (B) na aplicação da penalidade a autoridade competente precisa avaliar, dentre outros aspectos, a primariedade do autor, o valor do bem atingido com a prática da infração e o dano provocado à reputação da universidade.
- (C) a aplicação da penalidade não precisará ser precedida de processo administrativo, caso o técnico não seja estatutário e possua contrato sujeito à Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) por disposição expressa, a pena de suspensão não é passível de recurso.
- (E) uma vez aplicada, a suspensão deve ser comunicada, para fins de registro, na Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

13. Com base no Estatuto da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), é correto afirmar que

- (A) o corpo de servidores técnico-administrativos será formado por todos que exerçam funções de carreira não docente.
- (B) o corpo discente é constituído por todos os estudantes regularmente matriculados em seus cursos, excluídos os alunos especiais.
- (C) a comunidade universitária é constituída pelo corpo docente, pelo corpo discente, pelo corpo de servidores técnico-administrativos e pelos colaboradores terceirizados.
- (D) a pesquisa corresponde ao processo educativo, cultural e científico que articula a extensão e a prática, para fortalecer a relação entre a universidade e a comunidade.
- (E) o calendário escolar será organizado tendo por base o ano civil, devendo ser unificado entre todos os campus da UENP.

14. Joana é analista administrativa e foi informada de que, em razão da necessidade do serviço, deverá exercer, temporariamente, atribuições diversas daquelas inerentes ao cargo para o qual foi aprovada em concurso público.

Com base nessa situação hipotética e no disposto na Lei Estadual do Estado do Paraná nº 6.174/1970 (Estatuto do Servidor Público do Poder Executivo do Estado do Paraná), é correto afirmar que

- (A) como há necessidade imperiosa de serviço, poderão ser cometidos a Joana, mediante prévia autorização do órgão competente, por prazo não superior a seis meses, atribuições não compreendidas na especificação de seu cargo.
- (B) Joana não pode exercer atribuições diversas, de forma alguma, pois isso ofenderia o princípio constitucional do concurso público.
- (C) caso praticado o desvio de função, Joana e o responsável pela designação para o novo posto deverão ser demitidos a bem do serviço público.
- (D) Joana pode exercer outras funções, caso atenda o interesse público, hipótese em que fará jus à remuneração das atribuições que estiver exercendo e um adicional de 20% (vinte por cento).
- (E) Joana somente poderá exercer funções diversas do cargo que ocupa caso haja situação de iminente perigo público, devidamente decretado pelo Governador do Estado.

15. De acordo com a Lei do Estado do Paraná nº 21.583/2023 (Lei da Carreira Técnica Universitária das Universidades Públicas Estaduais do Paraná), a carga de trabalho dos cargos da Carreira Técnica Universitária é de

- (A) trinta horas semanais, com exceção da função de médico, que será de vinte horas semanais, com jornada de quatro horas diárias.
- (B) quarenta horas semanais para todos os cargos.
- (C) quarenta horas semanais, com exceção dos profissionais da área de saúde, hipótese em que será de trinta horas semanais.
- (D) quarenta e quatro horas semanais, com exceção da função de médico, que será de trinta horas semanais.
- (E) quarenta horas semanais, com exceção da função de médico, que será de vinte horas semanais, com jornada de quatro horas diárias.

16. Desejando verificar algumas funcionalidades de seu computador, Miguel pretende executar o programa Teste.exe, que está localizado em uma pasta com seu nome armazenada no diretório raiz da unidade de disco rígido C: do equipamento. Considerando que o computador utiliza o MS-Windows 11, em sua configuração padrão, e que o usuário possui todas as permissões requeridas para realizar essa ação, assinale a alternativa que apresenta o conteúdo que Miguel deve inserir no campo endereço do Explorador de Arquivos para executar o programa pretendido.

- (A) C#Miguel#Teste.exe
- (B) C://Miguel//Teste.exe
- (C) C:/Miguel/Teste.exe
- (D) C:\Miguel\Teste.exe
- (E) C@Miguel@Teste.exe

17. Em um documento do MS-Word 365, em sua configuração padrão, é possível inserir espaços reservados para dados ou informações que podem ser modificadas automaticamente. Desta forma, em vez de digitar um texto estático, o usuário insere um código determinado que instrui o programa a buscar, calcular ou exibir informações específicas, como a data atual, o nome do arquivo ou o número da página. Esses espaços reservados são conhecidos como

- (A) Campos.
- (B) Estilos.
- (C) Fontes.
- (D) Formas.
- (E) Links.

18. Um usuário do MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, deseja que a apresentação que está preparando seja iniciada diretamente no modo "Apresentação de Slides" quando o correspondente arquivo é aberto. Para tanto, o referido arquivo deverá ser salvo com a extensão

- (A) .pdfx
- (B) .potx
- (C) .ppsx
- (D) .pptm
- (E) .pptx

19. As células de uma planilha que está sendo preparada com a ajuda do programa MS-Excel 365, em sua configuração padrão, foram preenchidas inicialmente conforme mostrado a seguir:

	A	B	C
1	Melancia	a	
2	Jenipapo	e	
3	Goiaba	i	
4	Figo	o	
5	Cupuaçu	u	
6			

Em seguida, a expressão =LOCALIZAR(B1:A1) foi digitada na célula C1. Prosseguindo, a célula C1 foi selecionada com um clique do botão principal do mouse e copiada para as células C2 a C5. Finalmente, a expressão =MULT(C1:C3)/MÉDIA(C1:C5) foi inserida na célula C6. O valor numérico obtido na célula C6 é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

20. Um servidor público necessita utilizar um computador compartilhado entre vários usuários para acessar Internet. Com o objetivo de preservar sua privacidade e evitar que outras pessoas vejam os sites que visitou ou acessem suas contas, ele usa o navegador instalado no computador em um modo de operação que apaga automaticamente o histórico de navegação, cookies e dados de formulários quando a janela é fechada. Esse modo de operação do navegador é conhecido como

- (A) Reservado.
- (B) Privado.
- (C) Particular.
- (D) Íntimo.
- (E) Exclusivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Assinale a alternativa que representa uma Variação Patrimonial Diminutiva.

- (A) Transferências e Delegações Recebidas.
- (B) Exploração e venda de bens, serviços e direitos.
- (C) Custo das Mercadorias Vendidas.
- (D) Ganhos com desincorporação de Passivos.
- (E) Valorização e Ganhos com Ativos.

22. No que se refere ao registro da variação patrimonial e ao uso da conta “Crédito Empenhado em Liquidação”, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o fato gerador da obrigação patrimonial ocorre após o empenho, mas antes da liquidação da despesa, o registro na conta “Crédito Empenhado em Liquidação” deve ser postergado até o momento do efetivo pagamento.
- (B) Na hipótese de o fato gerador da obrigação ocorrer de forma simultânea ao estágio da liquidação da despesa orçamentária, a utilização da conta “Crédito Empenhado em Liquidação” torna-se facultativa para a entidade.
- (C) Se o fato gerador do passivo ocorrer antes ou no momento do empenho, a transferência para a conta “Crédito Empenhado em Liquidação” deve ocorrer apenas no exercício financeiro subsequente, para fins de controle de restos a pagar.
- (D) O recebimento provisório de material permanente antes do ateste é um exemplo típico de situação em que o fato gerador ocorre antes do empenho, exigindo transferências simultâneas de saldos.
- (E) No caso de reconhecimento de passivos relativos a precatórios, em que o fato gerador ocorre antes do empenho, a transferência do saldo para a conta “Crédito Empenhado em Liquidação” deve ocorrer de forma isolada e independente do registro do empenho.

23. No que tange à etapa de previsão da receita orçamentária, seus reflexos no planejamento governamental e os procedimentos de escrituração contábil e demonstração no Balanço Orçamentário, assinale a alternativa correta.
- (A) Em observância ao art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as previsões de receita devem considerar os efeitos das alterações na legislação e do crescimento econômico, sendo acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos cinco anos e da projeção para os três exercícios seguintes ao que se referirem.
 - (B) No Balanço Orçamentário, a coluna “Previsão Atualizada” deve demonstrar a reestimativa da receita decorrente de eventos como o excesso de arrecadação ou o remanejamento entre naturezas de receita; caso nenhum evento de reestimativa ocorra, essa coluna deverá apresentar valores zerados para não se confundir com a “Previsão Inicial”.
 - (C) No registro contábil da previsão da receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária Anual, deve-se realizar um lançamento de natureza orçamentária debitando-se a conta Previsão Inicial da Receita (Classe 5) e creditando-se a conta Receita a Realizar (Classe 6).
 - (D) Por força do princípio orçamentário da universalidade, todas as receitas orçamentárias arrecadadas devem, obrigatoriamente, ter percorrido a etapa da previsão, sendo vedada a contabilização como receita orçamentária de ingressos que não constem na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) No caso específico dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), a parcela de recursos arrecadados em exercícios anteriores (capitalizados) que será utilizada para cobrir o déficit do exercício corrente não pode ser incluída na previsão da receita da Lei Orçamentária Anual, sob pena de viciar o equilíbrio orçamentário com receitas que não pertencem ao exercício.
24. No que concerne ao pressuposto da continuidade na elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, assinale a alternativa correta de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
- (A) A avaliação da capacidade de continuidade da entidade deve levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, observando-se o período estrito de seis meses a partir da data de encerramento do exercício financeiro.
 - (B) A determinação sobre se o pressuposto da continuidade é ou não apropriado possui maior relevância quando analisada sob a perspectiva do governo como um todo do que para as entidades individualmente.
 - (C) Caso a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar suas operações, as demonstrações contábeis ainda assim devem ser elaboradas sob o pressuposto da continuidade, devendo tal intenção ser registrada apenas em notas explicativas como um evento subsequente.
 - (D) Quando as demonstrações contábeis não forem elaboradas no pressuposto da continuidade, esse fato deve ser obrigatoriamente divulgado, juntamente com as bases sobre as quais as demonstrações foram elaboradas e a razão pela qual não se pressupõe a continuidade.
 - (E) Para entidades individuais, os responsáveis pela elaboração das demonstrações devem considerar exclusivamente o desempenho fiscal do exercício anterior, sendo vedada a consideração de reestruturações potenciais ou estimativas de receitas futuras para fins de avaliação da continuidade.

25. No que concerne às normas e procedimentos para a elaboração e divulgação do Balanço Orçamentário, assinale a alternativa correta.
- (A) No Quadro Principal do Balanço Orçamentário, as receitas e despesas devem ser apresentadas seguindo estritamente a classificação por natureza, sendo a classificação funcional de uso vedado neste demonstrativo para não comprometer a clareza do confronto entre previsão e execução.
 - (B) As receitas orçamentárias, para fins de demonstração no Balanço Orçamentário, devem ser informadas pelos seus valores brutos, devendo as deduções (como restituições e descontos) ser apresentadas em quadro anexo específico para não afetar o resultado orçamentário do exercício.
 - (C) Caso restos a pagar tenham sido inscritos originalmente como não processados em anos anteriores, mas venham a ser liquidados em um exercício anterior ao de referência, esses valores deverão compor o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados no balanço atual.
 - (D) O detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário) é uma informação gerencial cuja divulgação em Notas Explicativas é facultativa, ficando a critério do ente em função da relevância dos valores.
 - (E) A ocorrência de déficit orçamentário em Balanços Orçamentários não consolidados de órgãos e entidades que não são agentes arrecadadores caracteriza uma irregularidade contábil, uma vez que o balanço deve demonstrar obrigatoriamente o equilíbrio entre as receitas previstas e as despesas fixadas.
26. De acordo com as normas de elaboração do Balanço Financeiro, assinale a alternativa correta.
- (A) O equilíbrio entre Ingressos e Dispendios no Balanço Financeiro é alcançado por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Dispendios e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Ingressos.
 - (B) Para a demonstração das Transferências Financeiras Recebidas e das Transferências Financeiras Concedidas, a entidade deve utilizar, respectivamente, contas da Classe 3 e da Classe 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (C) O registro do Pagamento de Restos a Pagar, por se tratar de uma saída de recurso em que a execução orçamentária ocorreu em exercício anterior, deve ser elaborado utilizando-se exclusivamente contas da Classe 2 no Balanço Financeiro.
 - (D) A segregação das receitas e despesas orçamentárias quanto à destinação de recursos (recursos não vinculados, vinculados e vinculados ao RPPS) é facultativa para municípios com menos de 50.000 habitantes.
 - (E) A informação referente à Inscrição de Restos a Pagar, que compõe os recebimentos extraorçamentários para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, deve ser extraída de contas da Classe 5.
27. Considerando a implementação de um sistema de custos em uma Universidade Pública Estadual, de acordo com as definições e padrões estabelecidos pela NBC TSP 34, assinale a alternativa correta.
- (A) O reconhecimento do custo com a folha de pagamento dos docentes deve ocorrer no momento do efetivo desembolso financeiro, para assegurar a rastreabilidade entre o sistema de custos e o fluxo de caixa da universidade.
 - (B) A força de trabalho de estudantes estagiários ou residentes que atuam em Hospitais Universitários, por não gerar desembolso financeiro direto para a instituição, não deve ser mensurada ou atribuída como custo aos serviços de saúde prestados.
 - (C) Na estrutura de custos da universidade, os cursos de graduação e as pesquisas entregues à sociedade são classificados como objetos de custos finais, ao passo que as unidades administrativas internas são consideradas objetos de custos intermediários.
 - (D) Se a universidade identificar que o custo de processar a informação sobre o consumo de energia elétrica de um laboratório específico é superior ao benefício gerencial dessa informação, ela deve, obrigatoriamente, realizar o rateio desse valor para não ferir o princípio da integridade.
 - (E) O valor referente a materiais de laboratório que sofreram deterioração física por armazenamento inadequado deve ser incorporado ao custo direto das pesquisas científicas em andamento, visando a recuperação do valor investido.

- 28.** De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) sobre o conteúdo e a transparência do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), deve constar obrigatoriamente em tal relatório:
- (A) o comparativo com os limites estabelecidos na LRF relativos à despesa total com pessoal (destacando inativos e pensionistas), às dívidas consolidada e mobiliária, à concessão de garantias e às operações de crédito.
 - (B) o Balanço Orçamentário com a especificação das receitas por fonte e das despesas por grupo de natureza, demonstrando dotação, despesa liquidada e saldo, com periodicidade bimestral.
 - (C) o demonstrativo da evolução do patrimônio líquido referente aos últimos três exercícios, com destaque para a aplicação de recursos oriundos da alienação de ativos.
 - (D) a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.
 - (E) a avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades das agências financeiras oficiais de fomento, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), referente ao exercício em questão.
- 29.** No que concerne às normas gerais sobre o exercício financeiro estabelecidas pela Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.
- (A) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
 - (B) O exercício financeiro, para fins de contabilidade pública, tem duração de doze meses, mas não precisa obrigatoriamente coincidir com o ano civil.
 - (C) Consideram-se Restos a Pagar as despesas que foram pagas dentro do exercício, mas cuja prestação de serviço ou entrega do material (liquidação) ainda não ocorreu até 31 de dezembro.
 - (D) A importância de uma despesa que venha a ser anulada após o encerramento do exercício financeiro em que foi empenhada deverá reverter à dotação orçamentária original, independentemente do ano em que a anulação ocorrer.
 - (E) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, que forem lançados mas não cobrados dentro do exercício de origem, devem ser imediatamente cancelados para evitar o acúmulo de déficit patrimonial.
- 30.** No que concerne às normas gerais sobre o início do processo administrativo no âmbito do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.
- (A) Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração Pública será obrigatoriamente instrumentalizado pela via de processo administrativo, sendo vedada qualquer outra forma de registro ou acompanhamento.
 - (B) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício pela Administração, ou por provocação do administrado por meio de requerimento, proposição ou comunicação.
 - (C) Constatada a ausência de dados ou documentos essenciais no requerimento inicial, a autoridade competente deve proceder ao arquivamento imediato do feito, visando garantir a celeridade e a eficiência administrativa.
 - (D) É requisito de validade para a instauração de qualquer processo administrativo a constituição prévia de advogado, que deverá assinar obrigatoriamente o requerimento inicial junto com o interessado.
 - (E) Para fins de processo administrativo, a capacidade é atribuída apenas aos cidadãos maiores de 21 anos que estejam no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.
- 31.** No que concerne aos atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário e aos que atentam contra os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta uma conduta corretamente tipificada como prejuízo ao erário.
- (A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício por mera voluntariedade do agente, ainda que sem a comprovação de dolo com finalidade ilícita.
 - (B) Qualquer ação ou omissão culposa, caracterizada por imprudência ou negligência, que enseje perda patrimonial, desvio ou apropriação de bens de entidades públicas.
 - (C) A ocorrência de perda patrimonial efetiva em entidade da administração indireta decorrente estritamente de variações negativas da atividade econômica de mercado.
 - (D) A nomeação de cônjuge ou parente em linha reta até o terceiro grau para o exercício de cargo em comissão, conduta esta que gera presunção absoluta de lesão ao erário.
 - (E) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.

32. No que concerne aos requisitos para o tratamento de dados pessoais e à fundamentação baseada no legítimo interesse, conforme a Lei nº 13.709/2018, assinale a alternativa correta.

- (A) O tratamento de dados pessoais é uma atividade condicionada exclusivamente ao fornecimento de consentimento pelo titular, sendo nula qualquer operação realizada sem a sua manifestação livre e informada.
- (B) O legítimo interesse do controlador poderá fundamentar o tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas a partir de situações concretas, como o apoio e a promoção de atividades do controlador.
- (C) Quando o tratamento de dados pessoais for fundamentado no legítimo interesse do controlador, a lei permite o tratamento de qualquer dado disponível na base, independentemente de sua necessidade para a finalidade pretendida.
- (D) O tratamento de dados pessoais para a tutela da saúde é permitido apenas quando houver o consentimento por escrito do titular, sendo vedado o tratamento por profissionais de saúde em procedimentos sanitários sem tal formalidade.
- (E) A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é impedida de solicitar ao controlador o relatório de impacto à proteção de dados pessoais nos casos em que o tratamento se basear no legítimo interesse, visando resguardar o segredo comercial.

33. No que tange às responsabilidades e sanções previstas na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) para agentes públicos e entidades privadas, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente público que retardar deliberadamente o fornecimento de informação requerida só poderá ser responsabilizado caso o interessado comprove a ocorrência de dano material efetivo decorrente da demora.
- (B) As entidades privadas que possuam vínculo com o poder público e deixem de observar a lei estão sujeitas à sanção de multa, a qual, em razão do princípio do *non bis in idem*, não poderá ser aplicada cumulativamente com a rescisão do vínculo.
- (C) A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública é de competência de qualquer autoridade de nível de direção, comando ou chefia (nível DAS 101.5 ou superior).
- (D) Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da utilização indevida de informações sigilosas ou pessoais, cabendo apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa e assegurado o direito de regresso.
- (E) No âmbito da administração pública federal, as condutas ilícitas praticadas por servidores regidos pela Lei nº 8.112/1990 deverão ser apenadas, no mínimo, com a penalidade de advertência por escrito.

34. Durante a liquidação de um contrato administrativo para prestação de serviços contínuos, um órgão da Administração Pública identificou a incidência de retenções de IRRF, contribuição previdenciária (INSS), ISS (quando previsto na legislação municipal) e contribuições sociais federais. Após efetuar o pagamento líquido ao fornecedor, o setor contábil procedeu ao reconhecimento das obrigações tributárias decorrentes das retenções.

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a legislação tributária pertinente, assinale a alternativa correta.

- (A) O reconhecimento das retenções tributárias implica redução da despesa orçamentária liquidada, pois o fornecedor recebe apenas o valor líquido após as retenções.
- (B) As retenções tributárias somente geram obrigação patrimonial após o efetivo recolhimento aos respectivos entes tributantes, momento em que ocorre o fato gerador da obrigação contábil.
- (C) As retenções tributárias constituem ingressos extra-orçamentários e, por esse motivo, dispensam registro patrimonial até sua transferência aos respectivos entes arrecadadores.
- (D) As retenções tributárias representam obrigações presentes do órgão público perante terceiros, devendo ser reconhecidas como passivos patrimoniais no momento da retenção, sem alterar o valor da despesa orçamentária liquidada, permanecendo o órgão responsável tanto pelo recolhimento tempestivo quanto pelo cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária.
- (E) Como o órgão público atua apenas como agente arrecadador, as retenções devem ser evidenciadas exclusivamente nos controles orçamentários, sendo desnecessário seu reconhecimento nas demonstrações contábeis patrimoniais.

35. No que se refere aos conceitos de suficiência, adequação e confiabilidade da evidência de auditoria, assinale a alternativa correta.
- (A) A suficiência e a adequação da evidência de auditoria estão inter-relacionadas, contudo, a obtenção de uma maior quantidade de evidência não compensa a sua má qualidade.
 - (B) A adequação da evidência de auditoria é a medida da quantidade da evidência, sendo que o montante necessário é afetado pela avaliação dos riscos de distorção relevante feita pelo auditor.
 - (C) De acordo com as generalizações sobre a confiabilidade, a evidência de auditoria obtida verbalmente é considerada mais confiável do que a evidência em forma de documentos, pois permite a indagação direta.
 - (D) A indagação, quando realizada de forma isolada e por meio de canais formais, geralmente fornece evidência de auditoria suficiente da ausência de distorção relevante no nível da afirmação.
 - (E) A confiabilidade da evidência de auditoria é maior quando obtida de forma indireta ou por inferência pelo auditor, uma vez que tais métodos evitam a influência do comportamento dos funcionários observados.
36. No que concerne à distinção e à relação entre os serviços de auditoria interna e externa, assinale a alternativa correta.
- (A) Os serviços de auditoria interna são estabelecidos dentro dos órgãos e instituições governamentais, enquanto os serviços de auditoria externa não fazem parte da estrutura organizacional das instituições a serem auditadas.
 - (B) As Instituições Superiores de Controle (ISC) prestam serviços de auditoria interna, o que justifica a sua necessária subordinação ao chefe do departamento no qual foram estabelecidas.
 - (C) Caso a auditoria interna de uma entidade seja considerada efetiva pela Instituição Superior de Controle (ISC), esta última fica impedida de conduzir uma auditoria geral naquela instituição, limitando-se ao monitoramento.
 - (D) Por serem necessariamente subordinados ao chefe do departamento em que atuam, os serviços de auditoria interna são impedidos de possuir qualquer grau de independência funcional ou organizacional.
 - (E) A tarefa de verificar a efetividade da auditoria interna de um órgão cabe exclusivamente à sua própria administração, não sendo competência da Instituição Superior de Controle (ISC) realizar tal avaliação.
37. No que concerne à formação da opinião e à emissão de relatórios em auditoria financeira, assinale a alternativa correta.
- (A) O auditor deve emitir uma abstenção de opinião (ou negação de opinião) sempre que encontrar distorções relevantes confirmadas pela evidência de auditoria, desde que tais distorções afetem a maioria das contas do balanço.
 - (B) A decisão entre emitir uma opinião com ressalvas ou uma opinião adversa fundamenta-se exclusivamente na origem da distorção (se causada por erro ou por fraude), independentemente da magnitude ou da disseminação do efeito nas demonstrações contábeis.
 - (C) O auditor deve expressar uma opinião com ressalvas quando concluir que as distorções são relevantes, mas não generalizadas, ou quando não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, mas os possíveis efeitos de distorções não detectadas puderem ser relevantes, mas não generalizados.
 - (D) Uma opinião adversa é a modificação apropriada para situações em que o auditor, devido a uma limitação de escopo ou incerteza, não consegue obter evidência de auditoria, concluindo que os possíveis efeitos de distorções não detectadas seriam relevantes e generalizados.
 - (E) O auditor deve emitir uma opinião não modificada caso a administração se recuse a corrigir distorções consideradas relevantes pelo auditor, desde que a entidade concorde em divulgar tais divergências em notas explicativas específicas.
38. No que diz respeito aos achados de auditoria operacional, assinale a alternativa correta.
- (A) Os achados de auditoria consistem em afirmações deduzidas pelo auditor a partir das conclusões finais, devendo ser apresentados de maneira independente do contexto para assegurar a objetividade e a *accountability* do relatório.
 - (B) Para fundamentar devidamente os achados de auditoria, o auditor deve obter evidência que seja suficiente (referindo-se à qualidade e relevância da evidência) e apropriada (referindo-se à quantidade total de evidência coletada).
 - (C) O auditor deve analisar as informações coletadas e garantir que os achados de auditoria sejam colocados em perspectiva e respondam ao(s) objetivo(s) e questões de auditoria, podendo inclusive reformulá-los se necessário.
 - (D) É vedado ao auditor compartilhar os achados da auditoria com a entidade auditada durante o processo de execução e avaliação, devendo tal comunicação ocorrer obrigatoriamente apenas no momento da emissão do relatório final para preservar a imparcialidade.
 - (E) As recomendações construtivas formuladas em uma auditoria operacional devem basear-se exclusivamente nos objetivos estratégicos da Instituição Superior de Controle (ISC), sendo dispensável a sua relação direta com os achados identificados no trabalho.

39. De acordo com o *Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná*, o relatório pode ser definido como:

- (A) ato administrativo que estabelece orientações ou diretrizes para a execução de leis, decretos e regulamentos, com o objetivo de disciplinar processos e procedimentos.
- (B) relato expositivo, detalhado ou não, do funcionamento de uma instituição, do exercício de atividades ou acerca do desenvolvimento de serviços específicos em determinado período.
- (C) ato administrativo que determina o cumprimento de diligências, dá ou nega provimento a um pedido, contendo relato da situação, deliberação e encaminhamentos.
- (D) modalidade de comunicação para dar publicidade a um ato oficial, mediante publicação em diário oficial ou órgãos de imprensa ou, ainda, afixação em lugares públicos.
- (E) ato formal emitido pela Administração Pública que autoriza uma pessoa, física ou jurídica, a realizar determinada atividade ou operação, em conformidade com as normas estabelecidas.

40. Assinale a alternativa com a afirmação acerca do parecer que está em conformidade com o *Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná*.

- (A) A ementa do documento deve conter a descrição sumária e objetiva do assunto tratado, assim como a síntese das conclusões do parecer.
- (B) Como o ato administrativo deve seguir o princípio da impessoalidade, o autor do parecer não é identificado; assim, no fecho do documento, cita-se apenas o órgão emissor.
- (C) Trata-se de ato administrativo baseado na apuração de fatos; sua conclusão fundamenta-se em informações colhidas e, por celeridade, dispensa-se fundamentação legal.
- (D) O documento é identificado pelo termo “parecer” seguido da data; a numeração do parecer deve constar no fecho.
- (E) O parecer administrativo trata de casos burocráticos, e os pareceres científico ou técnico, de temas específicos; essas diferenças impõem a eles diferentes estruturas.

RASCUNHO

